

Demonstrativos da Gestão Contábil – Patrimonial e Financeira – Julho de 2013.



Relatórios da Gestão Contábil e Financeira do Rioprevidência, visando a demonstrar a evolução patrimonial dos Ativos e Passivos, assim como, os ingressos de receitas e os dispêndios financeiros para o custeio das despesas correntes e previdenciárias.



Relatório Contábil

2013
Julho

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência

Diretoria de
Administração e Finanças

Diretoria – Executiva

Gustavo de Oliveira Barbosa
Diretor – Presidente

Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes
Diretor de Administração e Finanças

Roberto Moisés dos Santos
Diretor de Segurança

Baltazar José Vasconcelos Rodrigues
Diretor Jurídico

Ciro Mauro de Carvalho Giannini
Diretor de Investimento

Equipe Técnica - Gerência de Controladoria

Milton Gusmão do Nascimento
Gerente de Controladoria

Alexandre Anselmo Braga
Coordenador de Contabilidade

Corpo Técnico:

Eduardo Alfradique de Oliveira – Especialista Previdenciário

Elizabeth Martins Tarantino – Técnica Previdenciária

Jorge Luiz de Farias - Contador

José Carlos Mesquita Vidal – Técnico Previdenciário

Marcelo Carvalho do Nascimento – Assistente Previdenciário

Marcelo Voigtel Braga – Assistente Previdenciário

Rafael Quixadá de Oliveira – Assistente Previdenciário

Reinaldo Sayão de Figueiredo – Contador

Thiago Gomes de Andrade – Especialista Previdenciário

Estagiários:

Rosimary Fernandes de O. Caldas

Edson de Oliveira Souza

1 - Análise do Cenário Contábil

Anteriormente, o cenário contábil caminhava basicamente em função da execução orçamentária, situação que durante muitos anos recebeu diversas críticas da doutrina e da classe contábil. Tal sistemática não refletia a real posição patrimonial, e, muito menos, oferecia subsídios concretos para a tomada de decisão.

Porém, este cenário vem sofrendo significativas transformações, principalmente após o início das implementações das **Convergências às Normas Internacionais de Contabilidade**, iniciadas no Brasil no início dos anos 2.000.

Precipuaente, o alcance das referidas harmonizações contábeis era somente a **contabilidade societária**, devido ao atual cenário de globalização que estas instituições vêm experimentando. Posteriormente a

estes processos de convergências, a **Contabilidade Aplicada ao Setor Público** foi incluída neste processo passando a integrar o rol de instituições que adotarão as novas normas de harmonização.

Neste contexto, a integral aplicação dos **Princípios Contábeis** será de observância obrigatória. O **Registro por Competência**, o **Teste de Recuperabilidade (impairment)** e a **Aplicação do Sistema de Custos** são alguns Princípios que a Gerência de Controladoria passará a adotar.

A partir desta nova sistemática, a Gerência de Controladoria do Rioprevidência vem empenhado grandes esforços na aplicação dessas novas técnicas contábeis objetivando fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões, visando a gerir com mais **eficiência e eficácia** os recursos que possibilitarão a **sustentabilidade** e o **equilíbrio financeiro atuarial**.

2.1 - Previdência

A previdência do servidor público do Estado do Rio de Janeiro é de responsabilidade do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência, Autarquia previdenciária na forma de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, responsável pela **habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários**.

A obrigatoriedade de se manter o equilíbrio **financeiro e atuarial** é de extrema importância em se tratando de RPPS e tem sede constitucional. Diante deste fato, o equilíbrio financeiro é verificado com a observância do escopo financeiro - **receitas e despesas**.

Neste sentido, o Estado do Rio de Janeiro está implantando dois novos modelos de gestão previdenciária, quais sejam, a **previdência complementar¹** e a **segregação de massa²**.

Com a criação da previdência complementar o Rioprevidência pagará os benefícios aos novos servidores do Estado até o limite do valor estabelecido como teto para pagamentos de benefícios no Regime Geral de Previdência Social – RGPS, ficando o novo órgão previdência complementar responsável pelo que exceder a este teto, sendo opcional o ingresso pelos novos servidores.

Já a segregação de massa, tem o objetivo equacionar o **déficit atuarial**, criando dois tipos de fundo, quais sejam, o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário. No **Fundo Financeiro** permanecerão os servidores admitidos até o início do funcionamento do RJPREV, conforme art. 18 da Lei 6.338/2012 e, também, todos os militares. De outro lado, no **Fundo Previdenciário**, estarão os novos servidores ingressantes a partir do início do funcionamento do RJPREV, com exceção dos militares, que deverão compor o Fundo Financeiro.

Como se verá adiante, a maior parte das receitas desta Autarquia são oriundas dos **royalties do petróleo** e das **contribuições previdenciárias**, sendo a primeira a de maior pujança em termos monetários. Já as receitas de contribuição previdenciária representam um significativo impacto financeiro, sendo criado para este fim um Grupo de Trabalho para intensificar a apuração dos créditos dessa natureza.

Em relação às despesas, as **folhas de pagamento dos servidores inativos e pensionistas** são as maiores despesas da Autarquia.

Estes esforços (controle das receitas e despesas) têm como objetivo a garantia de que as receitas auferidas sejam suficientes para cobrir as despesas assumidas (equilíbrio financeiro).

Além dessas ações a Gerência de Controladoria vem contribuindo nesse processo com melhores práticas contábeis sob a supervisão da Contadoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

2.2 - Contabilidade

A contabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social está intrinsecamente ligada à **contabilidade aplicada ao setor público**, logo, torna-se obrigatória a observância e aplicação do estatuto financeiro – Lei 4.320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, além de outras normas correlatas à Administração Financeira e Orçamentária.

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, utiliza-se o instituto do Orçamento Público. O mesmo não ocorre na contabilidade do setor privado, que é regida pela Lei 6.404/76 – Lei das S.A.

Em relação ao Orçamento Público, destacamos o ciclo da **execução orçamentária** (fixação das despesas e a realização das receitas), que são **procedimentos contábeis** que refletem, ainda em sua primeira fase, nas **demonstrações contábeis**.

Em termos mais didáticos, nota-se que tanto os procedimentos de execução orçamentária como os procedimentos contábeis ocorrem antes mesmo dos efetivos desembolsos financeiros (saída de recursos). Assim, observamos que adoção desta sistemática, em se tratando de dispêndio financeiro, resulta em **redução patrimonial em momento anterior a efetiva saída dos recursos financeiros**.

Não obstante, o Rioprevidência está sob jurisdição dos **órgãos de controle externo** (Contadoria Geral do Estado, Auditoria Geral do Estado e Tribunal de Contas do Estado), dos **órgãos de controle previdenciário** (Ministério da Previdência Social), dos **órgãos de controle interno** (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Gerência de Controle Interno e Auditoria), e também, de empresas de **Auditoria Externa**.

¹ Lei 6.243 de 21 de maio de 2012.

² Lei 6.338 de 06 de novembro de 2012.

3.1 - Composição do Ativo

Conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00, **Ativo** é um **recurso controlado pela entidade** como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam **futuros benefícios econômicos** para a entidade. Neste grupo registram-se os bens e direitos de que se tenha a propriedade ou os que estejam sob o controle da Autarquia, conforme o grau decrescente de liquidez.

Subdividido em **Ativo Circulante** e **Ativo não Circulante**, nestes grupos serão evidenciados as alterações patrimoniais durante o exercício social (1º de janeiro a 31 de dezembro). Neste sentido,

tomando como base o balanço atual, no Ativo Circulante figurarão os valores realizáveis no exercício social subsequente. De outra forma, no Ativo não Circulante estarão os bens de permanência duradoura e os necessários ao funcionamento da entidade.

Deste somatório, compõe-se o **Ativo Real** (somatório do Ativo Circulante e do Ativo não Circulante).

Composição Ativo Real – Julho 2013	31/12/2012	31/07/2013	Var %
ATIVO CIRCULANTE	7.751.642.907,68	4.378.510.240,26	-43,52
Disponível			
Conta Movimento	10.175.394,57	51.633,73	-99,49
Fundos de Investimento	285.731.227,19	323.543.190,62	13,23
Créditos de Curto Prazo			
Contribuições Previdenciárias a Receber	213.774.698,23	329.769.468,18	54,26
Créditos Tributários a Receber – Parcelamentos Administrativos ICMS	592.520.792,80	592.520.792,80	-
Saldo da Dívida Ativa	91.007.717,76	91.007.717,76	-
Dívida Ativa – Curto Prazo	643.679.816,00	643.679.816,00	-
(-) Provisão da Dívida Ativa	(552.672.098,24)	(552.672.098,24)	-
Responsáveis por Danos e Perdas ³	50.649.281,46	50.649.281,46	-
Valores a Receber – FUNDES – Curto Prazo	133.411.983,07	54.861.440,09	-58,88
Valores a Receber – FREMF – Curto Prazo	118.861.560,31	55.263.110,68	-53,51
Royalties do Petróleo – PEA	3.647.196.334,19	1.121.255.115,14	-69,26
Valores a Receber do ERJ – Permuta CFTs – Curto Prazo	1.525.864.288,74	651.812.701,86	-57,28
Aluguéis a Receber	6.202.965,84	6.202.965,84	-
Valores a Receber do ERJ – Dívida Ativa – Determinações TCE nº 05 e 14	520.442.000,00	520.442.000,00	-
Valores a Receber do ERJ – BERJ	326.278.219,00	326.278.219,00	-
Imobiliários Rioprev	228.493.407,95	252.164.126,81	10,36
Estoque			
Almoxarifado	186.570,14	236.802,77	26,92
Outros Créditos			
Outros Créditos de Curto Prazo	846.466,43	2.451.673,52	189,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE	90.214.141.942,27	90.529.833.015,93	0,35
Crédito a Longo Prazo			
Crédito a Inscrever na Dívida Ativa	9.852.536,78	9.857.798,61	-0,95
Crédito Tributário a Receber – Parcelamentos Administrativos – ICMS	1.888.268,69	2.101.756,73	11,31
Saldo da Dívida Ativa	-	176.467.913,82	-
Dívida Ativa – Longo Prazo	49.821.364.542,70	49.997.832.456,52	0,35
(-) Provisão da Dívida Ativa	(49.821.364.542,70)	(49.821.364.542,70)	-
Royalties do Petróleo – PEA	87.625.337.330,52	87.625.337.330,52	-
Valores a Receber do ERJ – Permuta CFT's – Longo Prazo	1.540.090.672,13	1.578.935.693,59	2,52
Valores a Receber – FUNDES	931.819.438,74	1.032.444.184,97	10,80
Valores a Receber – FREMF	94.733.729,24	94.261.565,82	-0,50
Imobilizado			
Bens Móveis (Equipamentos, mobiliário, etc)	1.952.906,67	2.027.009,80	3,79
Bens Imóveis	8.364.283,50	8.364.283,50	-
Intangíveis			
Bens Intangíveis	2.776,00	2.776,00	-
Outros Créditos			
Outros Créditos a Longo Prazo	-	32.702,57	-
Total	97.965.784.849,95	94.908.343.256,19	-3,12

Fonte: SIAFEM/RJ – Inclui o ex-IPERJ

Milton Gusmão do Nascimento
Gerência de Controladoria
Matr. 2742-5 – CRC/RJ 57974/O-5

Alexandre Anselmo Braga
Coordenador de Contabilidade
Matr. 100.045-4 – CRC/RJ 088133/O-4

³ Responsáveis por Danos e Perdas – refere-se ao valor apurado pelo TCE-RJ, com relação à Inspeção Extraordinária sobre as operações com Títulos de emissão do Governo Federal, realizadas no exercício de 2012.

3.2 - Composição do Passivo

Em consonância com os preceitos do já mencionado Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00, **Passivo** é uma **obrigação presente** da entidade, derivada de **eventos passados**, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos capazes de **gerar benefícios econômicos futuros**.

Assim, além do registro das **obrigações** de longo ou curto prazo (benefícios previdenciários, folha de pagamento, custeio e outras despesas), registram-se, também neste grupo, as **provisões matemáticas** (benefícios a conceder e as reservas matemáticas, dentre outros), e, ainda, o **déficit atuarial**.

De forma semelhante ao grupo dos Ativos, o grupo do Passivo também será dividido em Circulante e não Circulante.

Deste agrupamento (Passivo Circulante mais Passivo não Circulante), resultará o **Passivo Real**.

Composição Passivo Real – Julho 2013	31/12/2012	31/07/2013	Var %
PASSIVO CIRCULANTE	532.608.592,85	659.324.055,35	23,79
Programa Previdencial	532.608.592,85	659.324.055,35	23,79
Aposentados e Pensionistas	50.720.853,51	62.738.856,06	23,69
Consignações a Pagar	324.106.188,69	382.495.095,51	18,02
IRRF a Recolher	116.176.107,99	72.100.259,32	-37,94
Receitas a Classificar	-	-	-
Restituições	10.152.603,80	8.582.854,86	-15,46
13º Salário Inativos e Pensionistas	-	82.207.007,15	-
Sentenças Judiciais			
Sentenças Judiciais – Pessoal	984.316,66	1.090.609,33	10,80
Sentenças Judiciais – Precatórios	-	-	-
Administrativo			
Administrativo	8.609.537,67	29.214.481,16	239,33
Obrigações e Encargos a Pagar			
Obrigações Intragovernamentais	21.839.869,57	20.875.787,00	-4,41
Outras Obrigações	19.104,96	19.104,96	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	135.064.926.704,75	135.367.227.448,15	0,22
Programa Previdencial	722.232.898,71	668.012.686,98	-7,51
Sentenças Judiciais - Precatórios	722.232.898,71	668.012.686,98	-7,51
Provisões a Longo Prazo	134.342.693.806,04	134.342.693.806,04	-
Provisões Matemáticas	134.342.693.806,04	134.342.693.806,04	-
Benefícios Concedidos	94.635.702.677,92	94.635.702.677,92	-
Benefícios a Conceder	42.671.597.782,89	42.671.597.782,89	-
Reservas a Amortizar	(2.964.606.654,77)	(2.964.606.654,77)	-
Resultado Diferido	-	356.520.955,13	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(37.631.750.447,65)	(41.118.208.247,31)	9,26
Patrimônio Social e Capital Social			
Patrimônio Social	(37.631.750.447,65)	(37.631.750.447,65)	-
Resultados Acumulados			
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	(3.486.457.799,66)	-
Total	97.965.784.849,95	94.908.343.256,19	-3,12

Fonte: SIAFEM/RJ – Inclui o ex-IPERJ

Nota 1 – Sentenças Judiciais (precatórios) conforme EC N° 62/2009.

Milton Gusmão do Nascimento
Gerência de Controladoria
Matr. 2742-5 – CRC/RJ 57974/O-5

Alexandre Anselmo Braga
Coordenador de Contabilidade
Matr. 100.045-4 – CRC/RJ 088133/O-4

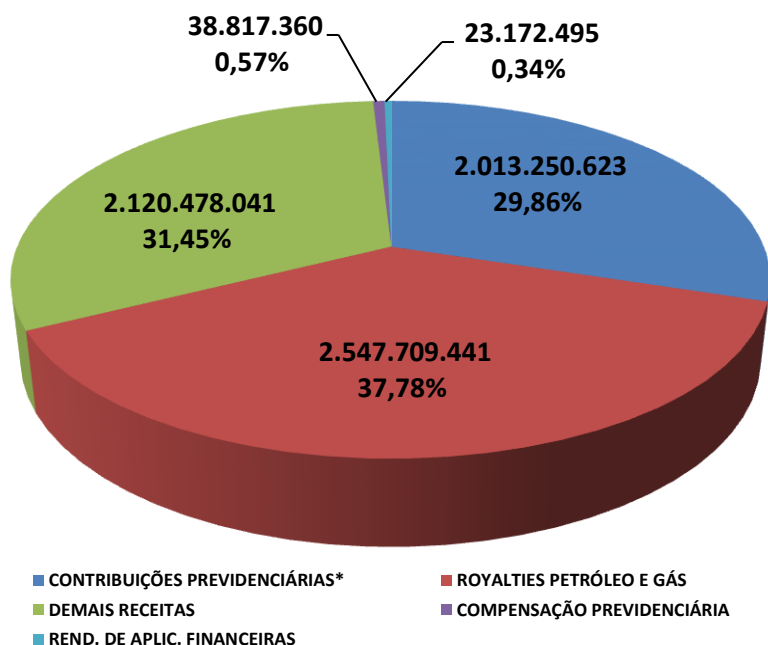
▪ **4.1 – Receitas Realizadas**

Referem-se aos montantes das receitas arrecadadas até o mês de julho de 2013 pelo Rioprevidência, e que foram incorporados ao patrimônio do Fundo. Posteriormente, as mesmas são utilizadas no custeio das despesas previdenciárias e administrativas.

RECEITAS REALIZADAS 2013		R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		ARRECADADO
Contribuições Previdenciárias*		2.013.250.623
Royalties Petróleo e Gás		2.547.709.441
Demais Receitas		2.120.478.041
Compensação Previdenciária		38.817.360
Rendimentos com Aplicações Financeiras		23.172.495
TOTAL DAS RECEITAS – R\$		6.743.427.960

* É composta pelo somatório das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos, pensionistas e pela contribuição patronal.

RECEITAS ACUMULADAS ATÉ JULHO DE 2013



Fonte: Gerência de Controladoria

4.2 – Despesas Realizadas

Apresentam-se as despesas orçamentárias liquidadas no exercício e consolidadas até o mês de julho/13. São discriminadas, basicamente, em dois grandes grupos:

1º grupo - Caráter Previdenciário - são as despesas relativas aos inativos e pensionistas dos Poderes: Executivo, Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público; e,

2º grupo - Caráter Administrativo – são as despesas referentes ao custeio da Autarquia.

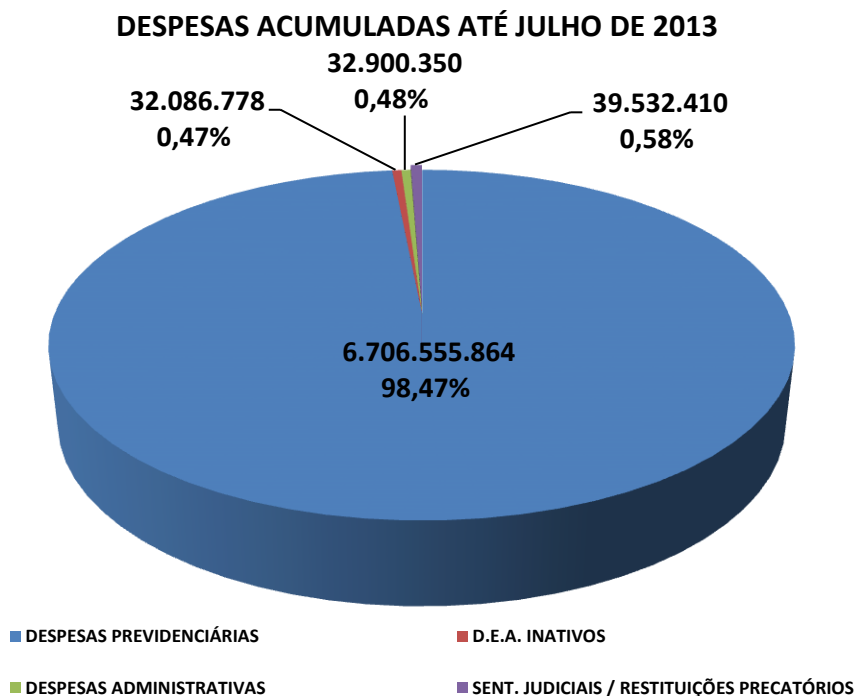
DESpesas REALIZADAS 2013		R\$
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	REALIZADAS	
Com Inativos	4.732.318.072	
Provisão 13º Inativos	410.686.913	
Com Pensionistas	1.435.843.164	
Provisão 13º Pensionistas	127.707.716	
Despesas de Exercícios Anteriores	32.086.778	

Pessoal Próprio	13.692.951	
Provisão 13º Pessoal Próprio	998.169	
Provisão INSS Próprio	304.445	
Despesas de Custeio Diversas	13.372.251	
Despesas de Exercícios Anteriores	4.532.533	
Capital – Aquisições de Bens	-	
Restos a Pagar Não Processados	-	

Despesas Previdenciárias	6.706.555.864	
D.E.A. Inativos	32.086.778	
Despesas Administrativas	32.900.350	
Sent. Judiciais / Restituições de Precatórios	39.532.410	

TOTAL DAS DESPESAS – R\$	6.811.075.402	

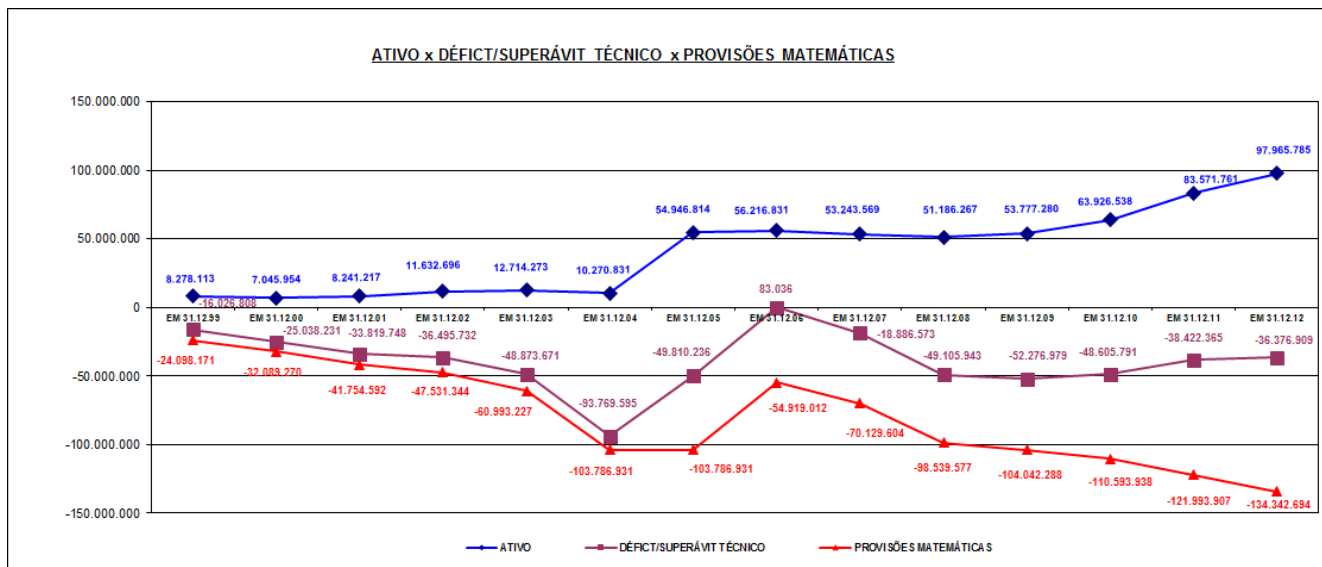
- Os valores das despesas não compõem as descentralizações para: EMOP / SEPLAG / FAETEC – no montante de R\$ 133.800,00



Fonte: Gerência de Controladoria

5 - Evolução: Ativo x Déficit Previdenciário

5 – Gráfico Evolução do Ativo x Déficit Previdenciário



ATIVO - Corresponde a totalidade de bens e direitos que representam os valores que compõem o Ativo Circulante, o Ativo Realizável a Longo Prazo e o Ativo Permanente do Balanço Patrimonial do Rioprevidência.

DÉFICIT TÉCNICO – Necessidade de financiamento do setor público a fim de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários.

PROVISÕES MATEMÁTICAS - Representam a expressão monetária dos compromissos assegurados pelo plano de benefícios aos seus participantes e beneficiários.

As Provisões Matemáticas estão segmentadas em dois grupos de assistidos: **Benefícios Concedidos** e os **Benefícios a Conceder**.

6.1 - DÍVIDA ATIVA

Este ativo corresponde ao saldo líquido do direito denominado “*Dívida Ativa do ERJ*”. Até o exercício de 2011, o cálculo da provisão era realizado anualmente, sendo, a partir de 2012, realizado o cálculo mensal da provisão, com base nos Quadros Demonstrativos do Estoque enviados pelo PRODERJ, observando-se o *MANUAL DE PROCEDIMENTO DA DÍVIDA ATIVA* elaborado pela Contadoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que em dezembro de 2012, foi publicado o Decreto nº 40.066, de 27 de dezembro de 2012, anulando o Decreto N° 37.050, de

10 de março de 2005. Este Decreto nº 37.050 havia incorporado a Dívida Ativa (os créditos tributários e os não tributários, inscritos até a data da publicação do Decreto, assim como, os novos créditos inscritos em Dívida Ativa pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações ou recursos advindos da respectiva liquidação) ao Patrimônio do Rioprevidência.

Sendo assim, a partir do exercício de 2013, a Autarquia só receberá os créditos inscritos até 1997, conforme a Lei N° 3.189, de 22 de fevereiro de 1999.

6.2 - PLANO DE CONTAS PARA OS RPPS

Portaria/STN/SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA nº 828, de 14 de dezembro de 2011 e alterações introduzidas pela Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012, nos termos da Portaria MPS nº 916, de 15 de julho de 2003 e Portaria MPS nº 95, de 06 de março de 2007, o Plano de Contas Aplicado aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, na estrutura definida a partir do

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP aprovado pela Portaria/STN nº 437, de 12 de julho de 2012, definido pelo MPS como “Anexo I - 2013” será de utilização facultativa para o exercício de 2013 e obrigatória a partir do exercício de 2014.

Observamos que no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, tal procedimento já foi implementado para o exercício de 2013.